



VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE 2007 A 2011 EM SERGIPE.

CAMILLA MARTINS ALBUQUERQUE
FERNANDA DA SILVA CANSANÇÃO
JAMILE SANTANA TELES LIMA

EIXO: 23. PESQUISA FORA DO CONTEXTO EDUCACIONAL

RESUMO

Esse estudo visa apresentar um panorama da análise comparativa entre duas pesquisas quantitativas realizadas no estado de Sergipe, através de fundamentação conceitual sobre o crescente fenômeno da violência e de suas ramificações, com intuito de comparar e discutir os dados colhidos verificando os pontos convergente e divergentes sobre a violência. A primeira pesquisa é referente ao biênio 2007-2008, e trata dos casos de violência geral registrados no Instituto Médico Legal do Estado de Sergipe (IML). Já a segunda pesquisa teve como foco a violência especificamente contra crianças e adolescentes, cujos os dados foram levantados no IML e na Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis de Sergipe (DAGV-SE) no triênio 2009-2011. Pode-se constatar que houve variáveis convergentes entre as duas pesquisas, no que diz respeito ao vínculo da vítima com o agressor (conhecido, companheiro, padrasto, pai e vizinho), tipos de violência (estupro e atentado ao pudor), faixa etária das vítimas (0-89 anos e 1-18 anos) e o sexo das vítimas de violência física ou sexual (feminino e masculino). Pela complexidade evidente da problemática da violência, tanto no que diz respeito a coleta de dados, quanto em pesquisa teórico-metodológica, evidenciou-se o caráter interdisciplinar com a qual deve ser tratada, visando a melhora interligada de ambas.

PALAVRAS-CHAVE: estudo comparativo, violência, Sergipe.

ABSTRACT

This study aims to present an overview of the comparative analysis between two quantitative research carried out in the State of Sergipe, through conceptual reasoning about the growing phenomenon of violence and its branches, in order to compare and discuss the data collected by checking the convergent and divergent points on violence. The first search is for the biennium 2007-2008, and deals with the General violence cases registered at the Forensic Medicine Institute State of Sergipe (IML). The second research focused specifically violence against children and adolescents, whose data were collected in the IML and at the station of service to vulnerable groups of Sergipe (DAGV-SE) in the triennium 2009-2011. You can see that there was convergent variables between the two surveys, with regard to the victim's link with the aggressor (known, father, stepfather, companion and neighbor), types of violence (rape and indecent assault), victims' age range (0-89 years and 1-18 years) and sex of victims of physical or sexual violence (female and male). The complexity of the problem of violence evident, both in terms of data collection, as well as in theoretical and methodological research, showed the interdisciplinary character with which must be addressed in order to improve both connected.

KEYWORDS: comparative study, violence, Sergipe.

I-INTRODUÇÃO

A violência consiste numa violação de direitos gerada, principalmente, pelo colapso dos processos de socialização que baseiam a convivência social. Estes, por sua vez, também são afetados diretamente pelo domínio

crescente da violência, tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados, tornando complexa a tarefa de combater um fenômeno com tanta amplitude, considerado tanto nacional quanto internacionalmente, como uma questão social que permeia a saúde pública.

Segundo Schraiber (2006), o principal debate sobre a violência trata do caráter expansivo de seus domínios, que, paradoxalmente, é acompanhado pelo crescimento da discussão e da assertividade prática do resguardo dos direitos humanos e sociais. A expansibilidade da violência se mostra tão latente, e atinge tantas esferas subjetivas do indivíduo, que naturaliza sua manifestação, dando verdadeira aparência de normalidade à um fato que, em sua maioria, foi construído socialmente.

De acordo com as definições que constituem o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, publicado em 2002 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e que influencia, com natureza de princípio norteador, as concepções e perspectivas de quase todos os países do mundo, a violência caracteriza-se pelo “[...] uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (SCHRAIBER *et al*, p.113)

Ainda segundo o supracitado autor, o relatório em questão chama atenção para o reconhecimento das violências que não resultam, necessariamente, em lesões graves ou óbito dos agredidos, chamadas de *parte invisível da violência*. Recebem esse nome por serem ramificações do campo de estudo da violência que são negligenciadas, até certo ponto, para que a prioridade recaia sobre as situações mais emergenciais e alarmantes geradas pelos óbitos e lesões graves. Apesar de ter um caráter erroneamente menos urgente, a violência que não cause danos severos visíveis tem consequências de cunho psicológicos e sociais seríssimos. É o caso das violências domésticas e intrafamiliares, cometidas, sobretudo contra os grupos vulneráveis de idosos, mulheres, adolescentes e crianças.

A violência juvenil (10 a 29 anos), é a que tem maior destaque no que diz respeito às violências fatais e não fatais. É caracterizada, também, por um aspecto peculiar que não ocorre nos outros tipos de violência: os adolescentes são os que mais agredem, e os que mais são agredidos. O fato de estarem no papel de vítimas, em algum momento, ou a vivência do contexto social que estão inseridos, são conjunturas que aumentam os índices de participação dos mesmos no papel de agressores (SCHRAIBER *et al*, 2006).

É na fase infanto-juvenil que ocorre o processo de desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e pessoal da criança e do adolescente. Mas, é também nesse período que pode ocorrer a desestruturação para a formação física e psíquica. Por essa razão é necessário que a organização familiar apresente condições saudáveis a este desenvolvimento, isto inclui estímulos positivos, equilíbrio, boa relação familiar, vínculo afetivo, diálogo, entre outros (ROSAS *et. Al*, 2006)

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é um fenômeno que engloba diversas camadas populares, classes sociais, etnias, religiões, raças e culturas. Atualmente, além de ser considerada um problema da área social e jurídica, é uma questão da saúde pública, envolvendo profissionais da saúde na prevenção, detecção, intervenção e tratamento (SECRETARIA DA SAÚDE, 2007). Os estudos sobre a violência contra crianças e adolescentes deve levar em consideração a dimensão territorial do Brasil, pois em cada região a situação ocorre de maneira diferente. É um tipo de estudo difícil de ser quantificado, porém, por outro lado, permite uma descrição qualitativa dessa questão. Segundo os Anais do Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas (1996) a idade das crianças e adolescentes submetidos à exploração sexual está entre 10 a 19 anos, tanto do sexo masculino como feminino, de todas as classes sociais e etnias, porém, com ênfase em mulheres de classes populares de baixa renda, moradoras de periferia (FIGUEIREDO; BOCHI, SD).

A violência atinge em geral grupos vulneráveis, ou seja, pessoas com desvantagem física, emocional e social, desta forma, a incidência da violência física é alta e atinge em sua maior parte crianças com idades de zero a nove anos. No ambiente familiar este fenômeno vem crescendo, principalmente a incidência no sexo feminino, o que envolve o abuso sexual (DELANEZ, 2012).

Pode-se caracterizar a violência em: *física* é o uso da força física no processo disciplinador da criança ou adolescente, não acidental e provocada por um adulto; a *violência sexual* se configura pelo abuso sexual com finalidade de estimular sexualmente a criança ou adolescente ou para obter prazer sexual a si mesmo ou a outra pessoa; *violência psicológica* se caracteriza pela tortura psicológica, isso acontece quando o adulto insulta a criança, gerando imenso sofrimento mental; *negligência* ocorre quando o adulto omite as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente; *Síndrome de Münchhausen por Transferência*, ocorre quando a criança ou adolescente apresenta sintomas criados/inventados pelos pais (frequentemente a mãe) ou responsável; *Bullying*, compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivações evidentes, adotadas por um ou mais adolescentes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder; e o *abandono*, que se caracteriza pela ausência do responsável dos mesmos (ROMARO; CAPITÃO, 2007).

Benetti (2006) relata que diante dos conflitos conjugais e estresse familiar, as consequências dos diversos tipos de violência afetam os processos psicológicos e relacionais da criança e do adolescente, onde esta situação compromete a vida deles, e relaciona a distúrbios no desenvolvimento dos mesmos além de alterações psicofisiológicas na criança, como prejuízos no sistema imunológico e nervoso, o que acarreta em inaptidões sociais cognitivas, problemas sociais, baixa autoestima e baixo rendimento escolar. Além disso, a principal consequência é a perda da confiança, não apenas em relação aos outros, mas consigo mesmo, resultado da culpa que sente por não conseguir controlar as situações. Desencadeia diversos problemas associadas ao suicídio, este está relacionado ao Estresse Pós Traumático, o que pode surtir efeitos mais graves onde a criança não é compreendida pelos adultos nestas situações (DELANEZ, 2012).

Além das consequências dirigidas especificamente ao desenvolvimento infantil, há consequências específicas ao adolescente também, com posteriores dificuldades, como agressividade, conduta antissocial, abuso de substância psicoativa e envolvimento com a quebra das leis. O impacto diante a sociedade despertou o imenso interesse em compreender a dinâmica familiar, inclusive para investigar a relação do divórcio e exposição às agressões domésticas como gerador de conflitos interno e externo na criança e no adolescente. A violência contra criança e adolescente além de incluir consequências imediatas, também acarreta danos posteriores em longo prazo que se perpetuam durante sua vida adulta, as armas utilizadas neste tipo de agressão são de força física, ameaça, coerção, chantagem, poder parental e construção do segredo inviolável. Há consequências físicas e psicológicas, como descreve Delanez (pág. 16, 2012):

Problemas de Saúde, obesidade, comportamento infantil, urinar na roupa ou na cama, depressão, problemas com o sono, problemas de aprendizagem, entre outros fatores são consequência de abusos psicológicos; Fadiga, pouca atenção, problemas de desenvolvimento, hiper ou hipoativo, atitudes de adulto, atrasos a escola dentre outras são sinais de Negligência; Dificuldades para urinar e caminhar, dor ou coceira na genitálias, DSTs, edemas, alternância de humor, tendências suicidas, habito de desenhar órgão genitais dentre outros são consequências de violência sexual.

A Vara da Infância e da Juventude tem como função primordial aplicar a lei de forma coativa, acrescentado a atuação do Poder Judiciário, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069 de 13 de junho de 1990, que dispõe sobre a proteção da criança e do adolescente contra qualquer forma de maus tratos, e determina penalidades para os que praticam o ato e para os que não o denunciam. O Código Penal Brasileiro, em seu capítulo III (Da Periclitção da vida e da saúde) também discute a crueldade e a exploração da criança. As denúncias de situações de violência contra crianças e adolescentes, geralmente, chegam ao Poder Judiciário através dos Conselhos Tutelares, órgãos estruturados nos municípios para garantir a defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, sempre que esses são violados (JORGE; MARTINS, 2009). Como órgão civil, o Conselho Tutelar tem poderes para aplicar uma série de medidas que buscam garantir a proteção da criança e prevenir a reincidência da violência, como a orientação, o apoio à família e acompanhamento temporário, realizados pelo próprio conselheiro, até ações de abrigamento da criança, o qual é comunicado à Vara da Infância e Juventude em um prazo de 24 horas.

Os dados registrados pelo “Disque 100 – Secretaria Especial de Direitos Humanos” no Brasil em 2009 mostram que, do total de denúncias relativas à violência sexual contra crianças e adolescentes, 61% diziam respeito à violência sexual ocorrida contra as meninas e, nos casos de exploração sexual, essa taxa sobe para 80%. O número de vítimas do sexo masculino apresenta um aumento nas situações de abuso sexual e pornografia, chegando, nesse caso, a 30%. A maioria dos casos de violência sexual acontece dentro de casa e tem como principais agressores os próprios pais biológicos, membros da família extensa, os companheiros das mães, pessoas próximas da família, presentes frequentemente no espaço doméstico.

O Suplemento Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-1988), no período de um ano, foi possível verificar que, em todo o país, mais de um milhão de pessoas se declararam vítimas de violência física. Desse total, 20% são crianças e adolescentes, sendo 61% meninos e 39% meninas, na faixa etária de 0 a 17 anos. Dezoito por cento dos casos estão relacionados a agressões de parentes, sendo que, sob tais circunstâncias, as meninas sofreram mais violência do que os meninos. Enquanto as crianças pardas foram mais agredidas por parentes, as brancas o foram por pessoas desconhecidas (AZEVEDO, GUERRA, SD).

Não se pode reduzir ou justificar a prática da violência pela pobreza, mas, não se pode negar que as condições precárias de existência ora fortaleçam sentimentos de solidariedade entre os membros da família, possibilitando o enfrentamento da situação adversa, ora enfraqueçam esses mesmos laços pelo elevado grau de baixa autoestima de pais e filhos, provocando a intolerância, gerando reações violentas ao estado de desamparo e carência (MOREIRA; SOUZA, 2012).

A violência tem se destacado como objeto de estudo em muitas interfaces científicas e objeto de discussão permanente por parte da sociedade para que se definam programas e políticas públicas adequadas e eficazes para o seu enfrentamento, assim como a elaboração de propostas e estratégias de ensino voltadas para as diversas expressões

concretas da violência e seus diferentes contextos. Portanto, sendo necessária a adoção de políticas públicas que, em primeiro lugar, objetivem a prevenção da violência, dando-se primazia, desta forma, ao princípio da dignidade da pessoa humana.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 preceituou, no art. XXV, que “a infância tem direito a cuidados e assistência especiais”, sendo que “todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social”. Essa especial tutela conferida à criança tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, a razão de ser dos direitos fundamentais. Sendo assim, é dever do governo brasileiro não ficar inerte diante de tamanha violação aos direitos infanto-juvenis.

“Etimologicamente, o vocábulo prevenir é de origem latina – *praevenire*, e significa “vir antes”, “tomar a dianteira”. No campo das políticas públicas, a prevenção não se limita às ações que têm por escopo evitar a reiteração de determinados comportamentos, abrangendo, outrossim, medidas que colaborem para que tais comportamentos sejam denunciados, e, posteriormente, a adoção de providências quanto ao acompanhamento que deve ser disponibilizado às pessoas que foram prejudicadas por essas práticas, com vistas a abrandar as sequelas ocasionadas às vítimas.” (CARDIN; MOCHI, pág 16, SD).

Lidchi (2011) discute que as políticas públicas de prevenção fornecidas à criança e ao adolescente, são desenvolvidas em três categorias: primário, secundário e terciário. O primário serve para impedir que a violência ocorra, por meio de programas educacionais. A secundária tem como foco trabalhar com as famílias nas quais é verificada a presença de fatores de risco para a prática do abuso, como alcoolismo e desemprego. O terciário tem como objetivo diminuir as consequências provocadas pela violência, tanto em relação à criança e adolescente quanto aos demais entes familiares.

II- MÉTODO

Esse estudo tem por objetivo, comparar os dados de duas pesquisas realizadas em Sergipe, com a finalidade de compreender os contextos e variáveis da violência contra crianças e adolescentes.

Trata-se de um estudo de natureza básica, qualitativo, com levantamento documental de dados registrados e colhidos nos anos de 2007-2008 e 2009-2011, no Instituto Médico Legal do Estado de Sergipe (IML – SE) e na Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis do Estado de Sergipe (DAGV – SE),

Os dados que serão comparados dizem respeito apenas à fonte encontrada em comum (IML), visto que a DAGV-SE somente foi utilizada como fonte de pesquisa no segundo artigo supracitado. As variáveis do primeiro artigo dizem respeito à violência em geral registrada no IML, enquanto o segundo artigo trata somente de violência contra crianças e adolescentes.

III - RESULTADOS

O artigo sobre a Violência Sexual no Estado de Sergipe (2007-2008) utilizou uma amostra de 5.188 pessoas, enquanto o artigo sobre a Tipificação e Caracterização da violência contra crianças e adolescentes no Estado de Sergipe (2009-2011) fez uso de 736 pessoas para a amostra de seu estudo. Algumas variáveis estiveram presentes na análise de ambos os artigos, como o estudo da natureza dos vínculos afetivos entre o agressor e a vítima e o tipo de violência sofrida, a correlação entre a idade e o sexo.

Tabela 1: Correlação comparativa entre o tipo de vínculo entre os agressores e vítimas, o tipo de violência sofrida (estupro) e a faixa etária nos anos destacados em ambos os artigos (2007-2011).

VÍNCULO COM O AGRESSOR	TIPOS DE VIOLÊNCIA				
	ESTUPRO			ATENTADO AO PUDOR	
	FAIXA ETÁRIA	N	%	N	%

CONHECIDO	0 - 89 ANOS	19	14,17%	40	76,9%
	1 - 18 ANOS	55	41,04%	4	7,69%
COMPANHEIRO	0 - 89 ANOS	1	0,74%	0	0
	1 - 18 ANOS	15	11,19%	0	0
PADRASTO	0 - 89 ANOS	13	9,70%	0	0
	1 - 18 ANOS	8	5,97%	0	0
PAI	0 - 89 ANOS	9	6,71%	0	0
	1 - 18 ANOS	9	6,71%	0	0
VIZINHO	0 - 89 ANOS	2	1,49%	6	11,53%
	1 - 18 ANOS	3	2,23%	2	3,8%
TOTAL:		134	100%	52	100%

A cor rosa está relacionada aos dados contidos no artigo que trata do biênio 2007-2008.

A cor azul está relacionada aos dados pesquisados no artigo sobre o triênio 2009-2011.

A tabela acima demonstra que o número de vítimas com vínculo de agressor classificado como “conhecido” nos crimes de *estupro* cresceu consideravelmente, em 2007 foram registrados 19 casos e em 2011 55 casos, com média de 18,33 casos por ano. Porém, pelo fato de se tratar de um número obtido em três anos de coleta de dados (55), comparado à um número coletado apenas em um intervalo de tempo de 2007-2008 (19), pode-se concluir que o aumento foi proporcional entre no número de vítimas em um ano (19) e a quantidade de anos decorridos.

Nos dados referentes à estupro cometidos por agressores com vínculo classificado como “companheiro” houve um salto quantitativo, pois de 2007-2008 foi registrado apenas 02 casos e de 2009-2011, 15 casos. O vínculo designado como “padrasto” obteve número quantitativo de 13 e 8 casos noticiados, nos respectivos anos. O vínculo “pai”, por sua vez, teve número iguais (9 registros) em ambos nos estudos. “Vizinhos” tiveram número de ocorrências muito parecidos no biênio (2 casos) e no triênio (3 casos). Já no vínculo “outros” (26 casos) foi originário da somatória dos outros vínculos que, na categoria de variáveis dos estudos, não formaram pontos comuns convergentes, ou seja, não estavam presentes nos dois estudos. A diferença da faixa etária investigada pelos dois artigos torna inviável qualquer conclusão acerca da idade que sofreu maior incidência de aumento gradativo.

Em relação aos vínculos entre vítimas e agressores do crime de *atentado ao pudor*, apenas duas variáveis foram convergentes nos estudos comparados: “vizinho”, com uma diferença numérica considerada baixa entre o biênio (6 casos) e o triênio (2 casos); e o vínculo “conhecido”, que apresentou números muito distantes numa diminuição drástica de ocorrência (40 casos em 2007-2008 / 4 casos em 2009-2011). Esta diferença pode ter ocorrido pela diferença da população dos estudos. A população escolhida como instrumento de estudo no biênio (2007-2008), como explicado anteriormente, engloba várias faixas-etárias, enquanto o estudo do triênio (2009-2011) contemplou somente crianças e adolescentes. Sendo o atentado ao pudor um crime pouco cometido contra crianças e adolescentes, tendo maior incidência em adultos, estaria explicada a grande diferença numérica em questão.

O vínculo com o agressor que obteve maior incidência para ambas as violências foi “conhecido”. Tal incidência foi esperada de acordo com a literatura consultada pois, segundo Borges, Dell’Aglia, (2008) e Abrapia (1997) *apud* Padoin, (SD,) estudos revelam que a maior parte das pessoas que cometem crimes de cunho abusivo contra crianças e adolescentes têm um vínculo de amor e confiança, sendo isto a principal causa do que os autores chamaram de “pacto de silêncio”. O “pacto de silêncio” ocorre, muitas vezes, por parte da família que, envergonhada e chocada com a

proximidade do abusador, se cala frente à possibilidade de denúncia, afim de evitar um maior constrangimento inerente à situação.

Tais dados mostram-se em consonância com o estudo quantitativo realizado a nos Conselhos Tutelares I e II e no Departamento de Polícia Técnica (DPT), no município de Feira de Santana, no Estado da Bahia, nos anos de 2002-2006, onde três “vínculos com o agressor” foram convergentes aos vínculos demonstrados nos estudos aqui comparados e que evidenciam a tendenciosidade da violência contra crianças e adolescentes ser cometida por pessoas emocionalmente próximos às vítimas, são eles: pai (nº total 46; 8,8%), padrasto (38; 7,3%) e vizinho (15; 2,9%).

A correlação entre a faixa-etária que apresentou maior índice de violência pôde ser observada na comparação entre a idade encontrada pelo estudo do triênio, 11 a 14 anos, e a ocupação das vítimas de violência (estupro, atentado ao pudor e sedução) do triênio. Tal relação se deu pela análise da variável de ocupação “estudante”, com ocorrência de 1001 vítimas, visto que a faixa-etária estudada pelo triênio se encaixa nos “estudantes” citados pelo biênio.

SEXO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA OU SEXUAL	FAIXA ETÁRIA	N	%	Tabela 2: Correlação comparativa entre a violência física e sexual sofrida, o sexo e a faixa etária nos anos destacados em ambos os artigos. A cor rosa está relacionada aos dados contidos no artigo que trata do biênio 2007-2008. A cor azul está relacionada aos dados pesquisados no artigo sobre o triênio 2009-2011.
FEMININO	0 - 89 ANOS	2770	47,42%	
	1 - 18 ANOS	294	5,0%	
MASCULINO	0 - 89 ANOS	2744	46,9%	
	1 - 18 ANOS	33	0,56%	
TOTAL		5841	100%	

Na tabela acima é notória a diferença numérica quantitativa entre os dados. Tal diferença decorre, primordialmente, do fato da amostra coletada em ambos os artigos serem díspares, bem como o número de amostras utilizadas. Mesmo assim, a tabela demonstra que o sexo feminino apresentou maior proporção de ocorrência, onde tal tendência à maior proporção feminina de vítimas também foi encontrada na pesquisa de levantamento realizada no município baiano (388 dos casos, num total de 74,3%) através da análise dos dados de uma amostra de 522 casos.

A principal dificuldade que foi destacada nos dois estudos diz respeito ao preenchimento incompleto das informações dos laudos periciais que serviram de alimento para ambos os estudos, o que dificultou a construção fidedigna de uma base de dados concreta para a conclusão dos resultados. Segundo Schraiber *et al* 2006, diversos autores também apontam como principal dificuldade a comparação dos dados acerca da violência não fatal por advirem, em sua quase totalidade, de inquéritos policiais que tiveram seu conteúdo produzido pelos próprios indivíduos estudados, gerando subestimativas distorcidas nos casos de agressão e abusos.

Quadro 1: Municípios sergipanos onde ocorreram os casos de violência física

MUNICÍPIO	N	%	MUNICÍPIO	N	%
Amparo de São Francisco	7	0,13%	Maruim	32	0,62%
Aquidabã	14	0,27%	Moita Bonita	13	0,25%
Aracaju	2.949	56,84%	Monte Alegre de Sergipe	6	0,11%
Araúá	12	0,23%	Neópolis	26	0,50%
Areia Branca	20	0,38%	Muribeca	1	0,02%
Barra dos Coqueiros	126	2,43%	Nossa Senhora Aparecida	8	0,15%
Boquim	26	0,50%	Nossa Senhora das Dores	21	0,40%
Brejo Grande	2	0,04%	Nossa Senhora da Glória	1	0,02%
Campo do Brito	15	0,29%	Nossa Senhora do Socorro	664	12,79%

Canhoba	8	0,15%	Nossa Senhora de Lourdes	17	0,33%
Canindé de São Francisco	11	0,21%	Pacatuba	30	0,58%
Capela	19	0,37%	Pedrinhas	7	0,13%
Carira	15	0,29%	Pinhão	37	0,71%
Carmópolis	11	0,21%	Pirabu	12	0,23%
Cedro de São José	4	0,08%%	Poço Redondo	13	0,25%
Cidade Nova	1	0,02%	Poço Verde	12	0,23%
Cristinápolis	13	0,25%	Porto da Folha	2	0,04%
Divina Pastora	10	0,19%	Porto Real do Colégio	15	0,29%
Estância	41	0,94%	Propriá	19	0,37%
Feira Nova	5	0,09%	Riachão do Dantas	18	0,35%
Frei Paulo	19	0,37%	Riachuelo	18	0,35%
Gararu	9	0,17%	Ribeirópolis	11	0,21%
General Maynard	2	0,04%	Salgado	19	0,37%
Graccho Cardoso	7	0,13%	Rosário do Catete	7	0,13%
Ilha das Flores	5	0,09%	Santa Luzia do Itanhy	6	0,11%
Indiaroba	11	0,21%	Santa Rosa de Lima	4	0,08%
Itabaiana	73	1,41%	Santana do São Francisco	27	0,52%
Itabaianinha	19	0,37%	Santo Amaro das Brotas	1	0,02%
Itabi	2	0,04%	São Cristóvão	339	6,53%
Itaporanga D'Ajuda	71	1,37%	São Braz	1	0,02%
Japoatã	14	0,27%	São Dias	22	0,42%
Japaratuba	25	0,48%	São Miguel do Aleixo	14	0,27%
Jeremoabo	1	0,02%	Siriri	1	0,02%
Lagarto	67	1,29%	Tobias Barreto	10	0,19%
Laranjeiras	63	1,21%	Telha	4	0,08%
Malhada dos Bois	7	0,13%	Tomar do Geru	6	0,11%
Malhador	20	0,38%	Umbaúba	5	0,96%
Macambira	11	0,21%	Sem Informação	7	0,13%
TOTAL	5188	100%	TOTAL	5188	100%

Fonte: Artigo Científico Violência Física e sexual no Estado de Sergipe – análise dos laudos periciais realizados no IML no último biênio, 2010.

O quadro acima consta no estudo que trata do biênio 2007-2008 e descreve quantitativamente os dados relativos aos municípios de ocorrência dos casos de violência física e sexual do Estado de Sergipe. O município com maior número de casos noticiados foi Aracaju, com 56,84% do número total de ocorrências. Essa superioridade nos números coletados é explicada, no estudo em questão, pela condição estatística do município de Aracaju ser maior quando comparada aos outros municípios.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crianças figuram como indivíduos e atores sociais nos planos teórico e jurídico, contudo, no cotidiano, grande parte delas continuam a ser tratadas como seres menores, incapazes. Obviamente que ao longo da história da humanidade as crianças obtiveram ganhos, mas ainda é necessário avançar da teoria para a prática, que as leis saiam do papel e tornem-se realidade da vida das crianças e adolescentes. Porém, é visto que as leis ainda são muito tímidas no combate à violência como um todo e, em especial, no combate à violência contra a população infanto-juvenil. Desta forma, é observado a partir desse estudo a necessidade de iniciar um processo de sensibilização e conscientização

social da problemática que emerge tal grupo vulnerável, e encontrar formas de agir e interferir nesse processo.

Diante do exposto, nota-se uma concepção estendida do teor violência, no entanto, em termos de lacunas, pode-se destacar que pesquisas ainda se fazem necessárias para que sejam aprofundadas as questões de violência. Assim, as investigações com abordagem qualitativa e/ou quantitativa podem trazer contribuições para que a temática seja compreendida na perspectiva subjetiva e sociocultural. Justamente por se tratar de um fenômeno tão complexo quem tem em sua origem essencial o cunho de construção social, a mera tentativa de conscientização dos sujeitos sociais, isolada de qualquer outro tipo de intervenção, não basta para que haja um controle da violência, ou mesmo uma diminuição considerável dos níveis mundiais da mesma. Para que o objetivo seja alcançado, é necessário redefinir e reconstruir as noções de responsabilidade moral, social, ética e legal, bem como uma interdisciplinaridade na produção de conhecimento científico e prático, assim como nas intervenções visando diminuir a violência na sociedade.

VI- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. São Paulo, sem data.
- BENETTI, S. P. C. Conflito Conjugal: **Impacto no Desenvolvimento Psicológico da Criança e do Adolescente**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 19 (2), 261-268. São Leopoldo, RS, 2006.
- DELANEZ, G. O. **A violência intrafamiliar e suas consequências no desenvolvimento da criança**. Artigo extraído do Trabalho de Conclusão de Curso na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 29 de junho de 2012.
- GARDIN, V. S. G.; MOCHI, T. F. G. **DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO NO COMBATE À VIOÊNCIA INTRAFAMILIAR PRATICADA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE**. São Paulo, SD.
- JORGE, M. H. P. M.; MARTINS, C. B. G. **Desfecho dos casos de violência contra crianças e adolescentes no poder judiciário**. Cuiabá, 2009. Acta Paul Enferm2009;22(6):800-7.
- LIDCHI, Victoria. **Panorama internacional e a posição do Brasil no enfrentamento e prevenção do abuso sexual infantil**. In: WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque; In: ARAÚJO, Eliane Aparecida Campanha (Org.). *Prevenção do abuso sexual infantil*. Curitiba: Juruá, 2011.
- MOREIRA, M. I. C.; SOUZA, S. M. G. **Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública**. O Social em Questão - Ano XV, nº 28, 2012.
- Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Maio, 2013.
- ROMARO, R. A.; CAPITAO, C. G.. **A violência doméstica contra crianças e adolescentes**. *Psicologia para América Latina* [online]. México, 2007, n.9, pp. 0-0. ISSN 1870-350X.
- ROSAS, F. K.; CIONEK, M. I. G. D. **O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem**. Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006.
- SCHRAIBER L. B. *et al.* **Violência e saúde: estudos científicos recentes**. Ver. Saúde Pública. 2006; 40(N Esp): 112-20.
- Secretaria da Saúde. **Caderno de Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007, 60p.

[1] Participante do Grupo De Pesquisa Desenvolvimento Humano e Prevenção, Graduanda em Psicologia pela Universidade Tiradentes (UNIT-SE). Email: allimac.ma@hotmail.com

[1] Participante do Grupo De Pesquisa Desenvolvimento Humano e Prevenção, Graduanda em Psicologia pela Universidade Tiradentes (UNIT-SE). Email:feehx3@hotmail.com

[1] Graduada em Psicologia pela Universidade Tiradentes- UNIT-SE (2010), Mestre em Saúde e Ambiente pela Universidade Tiradentes (2013), Doutoranda (2014). Co-orientadora do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano e Prevenção. Email:jamileteles18@hotmail.com.

Recebido em: 04/06/2015

Aprovado em: 04/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: